

Silvia C. Yannoulas
Coordenadora

FLACSO - Biblioteca

A CONVIDADA DE PEDRA

*Mulheres e Políticas Públicas
de Trabalho e Renda:
entre a descentralização e a
integração supranacional.
Um olhar a partir do Brasil 1988-2002*

2004



**Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
Sede Acadêmica Brasil**

SCN • Quadra 06 • Bloco A, Salas 607/609/610 • Ed. Venâncio 3000

CEP: 70716-900 • Brasília-DF • Brasil

Telefax: 55 (61) 328-6341/328-1369

E-mail: flacsobr@flacso.org.br

www.flacso.org.br

Programa:

Co-Edições

Convênio:

ABC/MTE/SPPE – FLACSO/Brasil (2002)

Coleção:

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego, e
Geração de Renda

320.6
C769c

REG. _____
CUT. 11844
BIBLIOTECA - FLACSO

Copyright © FLACSO 2004

ISBN 85-86315-35-4

BIBLIOTECA - FLACSO - EC
Fecha: 30 sept. 2004
Categoría: _____
Proveniente: _____
Conjeto: _____
Donación: FLACSO - Brasil

Ficha Catalográfica

C766

A convidada de pedra : mulheres e políticas públicas de trabalho e renda : entre a descentralização e a integração supranacional : um olhar a partir do Brasil (1988-2002) / Silvia C. Yannoulas, coordenadora. – Brasília : FLACSO ; Abaré, 2003.

348 p. ; 23 cm. – (Coleção Políticas Públicas de trabalho Emprego e Geração de renda)

1. Políticas públicas – mulheres. 2. Processos sociais.
3. Sociologia – mulher. 4. Educação profissional – mulher.
I. Yannoulas, Silvia C. II. Série.

CDD 303
CDU 316.4



Projeto Gráfico e Edição Final: *Tereza Vitale*

Ilustração: *Jacyara Santini*

Capa: *Daniel Dino*

SCS • Quadra 6 • Bloco A • Edifício Presidente • Salas 305/307/309

CEP: 70327-900 • Brasília-DF • Brasil

Tel.: (61) 321-3363 • Fax: (61) 223-5702

E-mail: *diretoria@editorialabaré.com.br*

As designações empregadas nas publicações da FLACSO, as quais estão em conformidade com a prática seguida pelas Nações Unidas, bem como a forma em que aparecem nas obras, não implicam juízo de valor por parte da FLACSO no que se refere à condição jurídica de nenhum país, área ou território citados ou de suas autoridades, ou, ainda, concernente à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões contidas nos estudos, artigos e outras contribuições cabe exclusivamente ao(s) autor(es), e a publicação dos trabalhos pela FLACSO não constitui endosso das opiniões neles expressas.

Da mesma forma, referências a nomes de instituições, empresas, produtos comerciais e processos não representam aprovação pela FLACSO, bem como a omissão do nome de determinada instituição, empresa, produto comercial ou processo não deve ser interpretada como sinal de sua desaprovação por parte da FLACSO.

Sumário

Apresentação da Coleção PPTR	9
<hr/>	
<i>Ayrton Fausto</i>	
Introdução	27
<hr/>	
<i>Silvia C. Yannoulas (coordenadora)</i>	
Notícia Biográfica dos Colaboradores da Equipe de Pesquisa	42
<hr/>	
Parte I	
Gênero e Mercado de Trabalho: situando a problemática	48
<hr/>	
<i>Silvia C. Yannoulas</i>	
1. Conceitos Introdutórios, 2. Situação das Trabalhadoras no Brasil, 3. Mundo do Trabalho Globalizado e Relações de Gênero	
Sistema e Normas que Regulam o Trabalho Feminino (1988-2002)	63
<hr/>	
<i>Jussara Dias</i>	
<i>Silvia C. Yannoulas</i>	
1. Legislação Nacional, 2. Orientações Federais, 3. Acordos Supranacionais (Mercosul), 4. Convenções Internacionais	
Agendas Públicas e Institucionais	82
<hr/>	
<i>Silvia C. Yannoulas</i>	
1. Institucionalidade de Gênero, 2. Agendas Públicas, 3. Agenda Parlamentar (proteção social à maternidade, Previdência Social), 4. Agenda Sindical (negociações coletivas, relações de gênero no movimento sindical), 5. Agenda Feminista (feminização da pobreza, ações afirmativas) 6. Elos entre as Agendas	

Parte II

Tendência Descentralizadora na Formulação de Políticas Públicas de Trabalho: o caso brasileiro (1988-2002)

126

Silvia C. Yannoulas

1. As Mulheres e o Poder Político, 2. Políticas Públicas Descentralizadas: o caso brasileiro, 3. Formação Profissional das Mulheres, 4. Educação Profissional das Brasileiras, 5. Participação das Mulheres na Definição e Avaliação da Educação Profissional, 6. A Agenda Institucional de Gênero das DRTs

Inovação na Educação Profissional das Mulheres (1996-2002)

155

Maria Conceição de Sant'Ana Barros Escobar

Maria Fátima dos Santos Rosinha Motta

Maria Luiza Marques Evangelista

Silvia C. Yannoulas

Zélia Maria de Abreu Paim

1. Experiências Inovadoras de Educação Profissional, 2. Formação Profissional de Empregadas Domésticas/SP (Programa Aprendendo a Aprender), 3. Formação Profissional de Mulheres em Mecânica Automotriz/RR (chefas de família e mecânica automotriz), 4. Formação Profissional de Mulheres Taxistas/CE (mulheres condutoras de passageiros), 5. Formação de Trabalhadores das Delegacias da Mulher/PB, 6. Alcances e limites da inovação em educação profissional de mulheres

Parte III

Tendência Integradora na Formulação de Políticas Públicas de Trabalho: o Mercosul (1991-2002)

192

Jussara Dias

Maria Fátima dos Santos Rosinha Motta

Silvia C. Yannoulas

1. Pensar o Mercosul Sob o Enfoque de Gênero, 2. A Experiência das Trabalhadoras da União Européia, 3. A Experiência das Trabalhadoras do Nafta/TLCAN, 4. A Incipiente Experiência das Trabalhadoras do Mercosul

De Quantas Mulheres Falamos? (1995-1999)

216

Maria Fátima dos Santos Rosinha Motta

1. Avanços na Constituição do Mercosul, 2. Indicadores do Mercado de Trabalho dos Países do Mercosul, 3. Agenda de Gênero da Harmonização

Parte IV

Consultas aos Atores e Atrizes Estratégicos (1998-2003) 236

Auriléa Gomes Abelém

Maria Luiza Marques Evangelista

Silvia C. Yannoulas

1. Sobre a Metodologia Utilizada, 2. Os Resultados das Consultas Realizadas, 3. Concluindo Sobre os Primeiros Achados, 4. Conclusões Gerais das Consultas

Geografia de uma Política Pública de Trabalho e Renda Integrada e Descentralizada, com Considerações de Gênero 251

Auriléa Gomes Abelém

Lilia Rodriguez Farrell

Silvia C. Yannoulas

1. Estudos de Gênero e Espacialidade, 2. Potencialidades e Limites do Espaço Geográfico, 3. Espaço Público e Privado, 4. Inclusão das Mulheres no Espaço Público, 5. Planificação Espacial, 6. Territorialidade das Mulheres, 7. O Local e o Supranacional: o limite é o Céu!

Anexos

I – Lineamentos Epistemológicos 270

Adriana Vallejos

Silvia C. Yannoulas

Syomara Deslandes Tindera

Zulma Lenarduzzi

1. Feminismo Acadêmico, 2. Enfoque de Gênero (comparatividade, transversalidade, politicidade e historicidade, geração simbólica, espacialidade), 3. Demarcação Pendente, 4. Origens da Problemática, 5. Trajetórias Universitárias Diferenciadas, 6. Meritocracia, Autoridade e Poder Acadêmico, 7. Alinhamentos (Des)orientadores? Espaços, Fronteiras e Empoderamento, 8. Conhecimento Científico e Androcentrismo, 9. Transgredindo Fronteiras e Assumindo Limites

II – Abreviaturas e Siglas 306

III – Glossário 310

IV – Normas que regulam o trabalho das mulheres no Brasil 328

V – Bibliografia 335

De Quantas Mulheres Falamos? (1995-1999)

Maria Fátima dos Santos Rosinha Motta¹

Embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado nas últimas décadas e tenha tido um papel cada vez mais importante para o desempenho da economia, os Estudos de Gênero têm demonstrado que o aumento da inserção feminina nesse mercado não se apresenta nas mesmas condições da ocupação masculina. As relações de gênero, no âmbito do mercado de trabalho, apresentam desvantagens para as mulheres apesar do aumento de sua participação, do aumento da escolaridade, da continuidade das trajetórias laborais, entre outras.

Essa inserção tem se revelado desigual de várias formas (vide primeira parte deste livro):

- as mulheres estão em ocupações culturalmente associadas à reprodução social e ainda assim de forma precária (divisão sexual horizontal do mercado de trabalho/segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero);
- as mulheres estão em ocupações com menores salários (divisão sexual vertical do trabalho), mesmo naquelas ocupadas também pelos homens;
- as mulheres continuam discriminadas para ocupar cargos de direção, mesmo em atividades tradicionalmente desempenhadas por mulheres (pirâmide ocupacional baseada em gênero);

1 Uma versão preliminar e mais extensa deste texto foi apresentada por Maria Fátima dos Santos Rosinha Motta como monografia final (requisito para aprovação do Seminário Acadêmico Internacional 2002 sobre Políticas Públicas de Trabalho Comparadas, organizado pela FLACSO/Sede Acadêmica Brasil no contexto da Parceria Nacional MTE/FLACSO).

- estudos da ONU (1996) revelam o fenômeno da feminização da pobreza que, segundo dados da ONU, atinge 70% das pessoas em condições de extrema pobreza.

Por outro lado, existe o fato de as discussões para integração regional no Cone Sul terem avançado pouco nos aspectos sociais, inclusive no que se refere à questão de gênero. A incipiente tendência para a efetiva harmonização de normas e políticas públicas no Mercosul tem como um dos empecilhos a existência de um grande desconhecimento recíproco. Assim, "... a integração efetiva só pode realizar-se a partir do conhecimento, do reconhecimento e do respeito da diferença, como ponto de partida imprescindível no trabalho em prol da harmonização e/ou aproximação dos sistemas." (PRONKO in FAUSTO, PRONKO & YANNOULAS, 2002, vol. I, p. 591).

Nesse sentido, a análise proposta a seguir pretende contribuir para a reflexão da questão de gênero no mercado de trabalho do Mercosul a partir da comparação da condição da inserção feminina no mercado de trabalho dos países integrados no bloco, tendo como base os indicadores do Sistema Integrado de Indicadores de Gênero, disponibilizado pelo Ibam para os anos de 1995 e 1999 (IBAM, 2002)², com o objetivo de conhecer e identificar a diversidade regional sob esse aspecto e, a partir disso, refletir sobre possíveis recomendações que possam ser incorporadas à discussão da harmonização das políticas públicas de trabalho e renda regional.

1. Avanços na Constituição do Mercosul

Antes da análise das informações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, vale contextualizar o processo de integração supranacional dos países do Cone Sul e destacar a importância para os avanços na harmonização de normas e políticas.

O tratado que, em 1991 criou o Mercosul e em 1994 foi revisado conforme Protocolo de Ouro Preto, prevê livre comércio, união alfandegária e liberdade de circulação de serviços e fatores produtivos (capital e trabalho), com previsão de constituir-se mercado comum a partir de 2015. O Mercosul tem um reduzido grau de institucionalidade

² O Ibam, com apoio da União Européia, do Unifem e da GTZ, coordenou o projeto de construção de um sistema de indicadores a partir das pesquisas por amostra domiciliares, divulgadas anualmente pelos institutos nacionais de estatísticas. Compõem o sistema apenas as variáveis comparáveis entre essas bases de dados.

e caracteriza-se pela inexistência de órgãos decisórios supranacionais, o que dificulta a resolução de possíveis conflitos entre seus membros. Todas as resoluções são ratificadas pelos representantes governamentais dos quatro países: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai.

Em sua estrutura encontra-se o Conselho Mercado Comum (CMC), composto por ministros da área econômica, encarregado de tomar as decisões e conduzir politicamente o processo, e o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo, também composto por representantes dos mesmos ministérios e bancos centrais. O GMC é responsável por acompanhar o cumprimento dos acordos e protocolos firmados no âmbito do tratado, desenvolver programas de trabalho para o avanço das negociações do mercado comum, bem como negociar em nome do bloco com outros países. Esse grupo tem sob sua direção diversos subgrupos encarregados da coordenação regional de diversas políticas setoriais, inclusive a de políticas laborais.

Embora o processo de integração tenha se iniciado com aspectos especificamente econômicos, logo se percebeu a necessidade de incorporar a questão sociolaboral em suas discussões. Esse aspecto bem como as questões de gênero ganharam força e importância a partir de 1994, quando diversas instâncias foram criadas e/ou reformuladas com atribuições específicas. A seguir estão relacionadas as principais institucionalidades e os avanços relativos a esses temas:

a) Comissão Sociolaboral do Mercosul, encarregada do acompanhamento e da promoção dos direitos consagrados na Declaração Sociolaboral do Mercosul, assinada em 1999³. Para execução de seus trabalhos, a comissão implementou um mecanismo de acompanhamento baseado em relatórios anuais, elaborados pelos ministérios do Trabalho em consulta às organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores. Após o exame dos relatórios, a Comissão prepara recomendações, sendo algumas submetidas ao Grupo Mercado Comum. Num primeiro momento, foram apresentados, pelos países, relatórios sobre seis direitos previamente escolhidos. Um deles estava relacionado ao direito de promoção de igualdade entre mulheres e homens. Sobre esse direito, a Comissão recomendou aos países a realização de ações preventivas, educativas, de difusão e de levantamento de infor-

³ Esta declaração adota uma série de princípios e direitos na área do trabalho baseada na articulação de regulamentações jurídicas nacionais com o objetivo de construir um conjunto de normas harmonizadas entre os países.

mações e a incorporação dessas ações dentro dos objetivos dos ministérios do Trabalho do Mercosul. Além disso, recomendou que o Observatório do Mercado de Trabalho do Subgrupo 10 aprofundasse a aplicação de indicadores de gênero em suas informações. Também determinou que os futuros relatórios anuais deverão conter em forma transversal a perspectiva de gênero.

b) **Subgrupo 10**, com integração tripartite, está encarregado do tema relativo às relações laborais, emprego e seguridade social. Sua principal tarefa é analisar as diversas legislações, políticas e procedimentos nacionais relativos às questões de trabalho e buscar a harmonização com o objetivo de tornar mais factível a integração do Cone Sul. Atualmente, em articulação e de forma complementar, o subgrupo está aprofundando os temas que foram objeto dos relatórios anuais determinados pela Comissão Sociolaboral. Dentre outras atividades desenvolvidas, destacam-se as relacionadas ao Observatório do Mercado de Trabalho que incluem a continuação de ações de manutenção, melhoramento e homogeneização da base de dados e compatibilização de indicadores do mercado de trabalho, sendo decidido desagregar a informação estatística comum com indicadores de gênero e idade. Também nessa instância institucional do Mercosul ficou decidido transversalizar sob a ótica de gênero todas as suas atividades.

c) **Reuniões de Ministros de Trabalho (RMT)**. A institucionalização das RMT, instância diretamente subordinada ao órgão máximo do Mercosul (Conselho Mercado Comum), facilitou o impulso político dado às questões laborais por meio de seu apoio permanente às atividades do Subgrupo 10, propiciando a análise de seus resultados na esfera do CMC.

d) **Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)** é órgão de representação das demandas dos setores econômicos e sociais, integrado em igual número por representantes de cada Estado-membro e com funções consultivas que se manifestam mediante recomendações para o Grupo Mercado Comum. Surgiu com o objetivo de dar uma resposta às reclamações de maior transparência, democracia e inclusão da dimensão social, no âmbito supranacional. O FCES teve papel importante na inclusão da presença da mulher e da perspectiva de gênero no Mercosul. Apesar de nenhuma organização de mulheres participar do FCES, já que se constitui de forma tripartite, em seu âmbito foi criado o Foro da Mulher, que conta com instâncias nacionais.

e) Como resultado do conjunto de ações empreendidas pelos organismos nacionais da mulher e as organizações da sociedade civil em cada um dos países, o GMC estabeleceu em 1998, a **Reunião Especializada da Mulher (REM)** que integra a estrutura institucional do Mercosul na condição de órgão assessor do Grupo do Mercado Comum, reunindo as representações governamentais responsáveis pelas políticas públicas em relação às mulheres dos países-membros. A REM conta com o assessoramento do Foro da Mulher assim como de outras associações regionais sem fins lucrativos.

Observa-se, assim, no processo de integração supranacional dos países do Cone Sul, avanços na harmonização de normas e políticas no que se refere às questões laborais bem como da incorporação da perspectiva de gênero nas diversas institucionalidades atuantes nesse processo.

Apesar desses avanços mencionados, sob outros aspectos avançou-se pouco na harmonização já que, para diversos direitos básicos, é recomendada sua adequação às legislações e práticas de cada país.

PLÁ RODRIGUEZ (2000) aponta alguns elementos que dificultam a efetiva harmonização de normas e políticas, entre eles:

- O caráter concreto da diversificação de normas trabalhistas segundo ramo de atividade, por razões geográficas e até por empresas, inclusive dentro de cada um dos países em tela.
- A evolução política, histórica, legislativa e jurisprudencial (entre outros aspectos) distintas dos países envolvidos.
- Os diferentes graus de desenvolvimento econômico desses países.
- A existência de um grande desconhecimento recíproco.

Estas dificuldades não constituem um obstáculo insolúvel para a integração, nem para a harmonização das normas e políticas públicas.

No movimento de harmonização das políticas e normas, deve-se levar em consideração os impactos negativos sobre as mulheres, derivados da articulação de processos de reestruturação produtiva, redução do papel do Estado e integração supranacional no Mercosul, que tornam mais difícil a inserção de forma igualitária das mulheres no mercado de trabalho.

O conjunto de informações que será visto no item a seguir pode contribuir para o reconhecimento de que a mudança da condição feminina exige medidas de políticas públicas diferenciadas e eficazes que permitam igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

2. Indicadores do Mercado de Trabalho dos Países do Mercosul

Apesar da proximidade geográfica, o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai apresentam aspectos econômicos e sociais bastante diversos. Os dados da tabela revelam as assimetrias entre os países, mostrando o peso econômico do Brasil apesar de possuir renda *per capita* inferior à Argentina e ao Uruguai.

	População		PIB		PIB per capita US\$ mil
	milhões	% Mercosul	US\$ bilhões	% Mercosul	
Argentina	37	18	283	34	7,7
Brasil	164	78	529	63	3,2
Paraguai	5	3	8	1	1,4
Uruguai	3	2	21	3	6,3
MERCOSUL	209		842		4,0

Fonte: FMI, 1999. Elaborado pelo IBAM.

O Brasil tem o maior e mais completo parque industrial do Mercosul, mas sua pauta de exportações é forte em produtos primários, baseados em recursos naturais. A Argentina tem também uma indústria considerável e exporta produtos derivados da agricultura e da pecuária. Com o processo de integração, cresceu a sua pauta de exportação de produtos industrializados para o Mercosul. O Uruguai é um país eminentemente agropecuário, sendo sua indústria baseada em processamento dos produtos primários. Nos últimos tempos, cresceu o setor turístico, responsável atualmente pelo maior componente das exportações do país. O Paraguai é um país eminentemente agrícola, setor que representa 85% de suas exportações. Atualmente o comércio se tornou consideravelmente forte a partir da reexportação de bens de consumo duráveis para a Argentina e, principalmente, para o Brasil.

As informações a seguir caracterizam sob diversos aspectos a evolução dos principais indicadores sociais, entre 1995 e 1999, considerando o corte de gênero em sua apresentação. A partir desses dados, pode-se compreender com maiores detalhes as características de cada país em relação às principais questões relativas à desigualdade de gênero no mercado de trabalho do Mercosul.

Começando a análise pelos dados demográficos dos quatro países do Mercosul, em 1995 e em 1999, observa-se que apenas o Paraguai, em 1995, tinha proporção igual entre as quantidades de mulheres e homens. Para os demais países prevalecia a população feminina em pequena variação.

Na análise da população dos países por composição etária, encontrou-se uma população eminentemente masculina para aqueles até 13 anos. A partir dessa faixa, as proporções de homens e mulheres se equivaliam ou apresentavam vantagem feminina. Observa-se que o Paraguai era o país com a população mais jovem, tanto para homens quanto para mulheres. Em 1999, 37,6% de sua população estava com até 13 anos, sendo praticamente equivalente para homens (18,7%) e mulheres (18,9%). Nas outras faixas etárias esteve igual ou abaixo dos indicadores dos outros países.

O Brasil também se destacava nessa faixa etária, porém sua população tinha maior peso na faixa de 25 a 49 anos, com 34,3% de sua população, acompanhado da Argentina e Uruguai que apresentavam indicadores um pouco menores (31,9% e 31,1%). Quando se observa a distribuição por gênero nessa faixa etária, percebe-se uma predominância feminina em torno de 1,5 ponto percentual. Portanto, na faixa etária em que normalmente as pessoas estão mais envolvidas com as atividades profissionais, encontra-se um número mais elevado de mulheres.

Ainda em termos etários, a Argentina (22,8% em 99) e o Uruguai (29,8% em 99) eram os países com maior proporção de população velha (50 anos ou mais) apresentando tendência crescente nesse último país. Nota-se que a população feminina nessa faixa etária era significativamente superior à dos homens em torno de 4,5 pontos percentuais. Nessa faixa etária, o Paraguai se diferenciava pela equivalência entre homens e mulheres em ambos os períodos. Tendo em vista a maior longevidade feminina, pode-se supor que as condições gerais de vida em sociedade nos países do Mercosul trazem benefícios ou pelo menos preservam as mulheres de alguns tipos de doença, acidentes, violência urbana etc.

No caso da análise dos indicadores relativos aos chefes de domicílio, considera-se a população com 14 anos e mais. Das características desse grupo pode-se destacar a predominância de homens, em todos os países, nos dois anos analisados, representando cerca de 30% da população na categoria de chef@s de família. As chefas de família representavam, de uma forma geral, um terço da quantidade das chefias masculinas. Vale destacar que de 1995 para 1999 houve uma ligeira redução da

participação dos homens e um aumento das mulheres como chefes de família em todos os países. O país que apresentou maior destaque foi o Uruguai em que as mulheres passaram de 9,8% para 12,3%, absorvendo a elevação da proporção total das pessoas acima de 14 anos que eram chefes do domicílio.

Ainda analisando @s chef@s de família, observa-se que, em geral, nos quatro países, a maioria das chefas de família era nove anos mais velha do que os homens na mesma posição, cabendo salientar que de 1995 para 1999 a diferença de mediana de idade diminui, principalmente na Argentina.

Com relação à escolaridade (segundo ciclo escolar incompleto ou mais⁴), as mulheres chefas de família de todos os países, em 1995, apresentaram indicadores desfavoráveis em relação aos chefes homens. As mulheres chefas de família mais escolarizadas estavam na Argentina (43% contra 51,1% dos homens), seguida pelo Uruguai (25%, sendo homens 33,1%), do Brasil (20%, 21% homens) e do Paraguai (14% sendo 19% homens). Podemos destacar que embora o Brasil tivesse menor desigualdade entre gêneros, estava num patamar de escolaridade inferior. Nesse aspecto, vale ressaltar que embora tenha melhorado entre os períodos estudados, não houve significativa mudança, apesar da grande variação desses indicadores entre os países. Enquanto a Argentina teve, em 1999, 53,1% dos chefes de família com escolaridade de segundo ciclo incompleto ou mais, o Paraguai apresentou apenas 19,1% dos chefes de família com essas características, seguida do Brasil com 24% e o Uruguai com 34%.

Com relação à renda mensal, a maioria das chefas de família permanecia em desvantagem. Apesar de registrar pequena melhora de um período para o outro, esse fato não alterou substancialmente esse aspecto da desigualdade. Na Argentina, as chefas passaram de 58% da renda dos homens chefes de família para 65% e no Uruguai, de 64% para 69%.

Quanto aos indicadores relativos aos cônjuges, merece destaque a composição por gênero nos quatro países do Mercosul, tendo em vista que apenas 1,5% dos homens se declarou nessa situação, enquanto 20% das mulheres de 14 ou mais faziam parte desse grupo. Entretanto há um discreto movimento inverso desses indicadores. A mediana de idade dos homens que se declaram cônjuges era superior à das mulheres.

⁴ Face à diversidade dos sistemas educacionais dos países, optou-se por considerar esse nível de escolaridade, ou seja, a proporção das pessoas que concluíram o primeiro ciclo escolar e tinham pelo menos um ano concluído do segundo ciclo.

Sobre a escolaridade (segundo ciclo incompleto ou mais), nota-se que as mulheres cônjuges, em 1999, estavam em melhores condições do que em 95. Aqui havia uma grande dispersão entre os países, pois enquanto a Argentina destacou-se com cerca de 50% dos cônjuges nesse nível de escolaridade, o Uruguai tinha 36%, o Brasil, 26% e o Paraguai, 19%.

Comparando a mediana da renda mensal entre os cônjuges homens e mulheres, observa-se que as mulheres permaneciam na condição de desigualdade, exceto na Argentina, que apresentava indicadores entre mulheres e homens, nos dois anos, praticamente iguais. Além disso, a Argentina se destacou por ter o maior valor da mediana da renda entre os países. No Uruguai, as mulheres cônjuges tendiam a ter renda mensal 57% inferior à dos homens, enquanto no Brasil esse percentual era de 50%. No Paraguai, a situação melhorou, pois, em 1995, as mulheres cônjuges apresentavam renda média equivalente a 52% da dos homens e, em 1999, subiu para 67%.

Interessante notar que, ao comparar a mediana da renda entre homens e mulheres nas posições de chefes de família e de cônjuges, as mulheres estavam sempre em posição de menor renda, revelando que a posição ocupada no domicílio não explicava tanto essa condição de desigualdade quanto à condição de ser mulher, exceto no caso de cônjuges da Argentina, onde homens e mulheres tinham praticamente a mesma renda. Outra observação que deve ser feita diz respeito às chefas de família brasileiras que apresentavam mediana de renda mensal, em 1999, equivalente a 68% da dos homens. Embora esse dado denote a desigualdade existente, essa posição no domicílio estava em melhor situação do que as mulheres cônjuges, pois essas apresentavam mediana de renda equivalente a 50% da dos homens, não muito diferente do que havia ocorrido em 1995 (65% e 51%).

Em se tratando da idade, as mulheres chefes de família encontravam-se numa faixa mais alta do que a dos homens, enquanto a dos cônjuges apresentava a situação inversa, ou seja, os homens cônjuges são mais velhos. Para dimensionar o tamanho da perda de potencial enfrentado pela sociedade em virtude da insuficiência de políticas públicas adequadas às questões de gênero, é interessante observar a proporção de mulheres cônjuges (1/5 da população total) e a mediana de idade dessas mulheres que estava na faixa de 38 a 46 anos, bem mais jovens do que as chefas de família, cuja média variava entre 50 a 64 anos.

A proporção das mulheres que se declararam donas de casa (afazeres domésticos) variou de 12% a 17%, exceto no Uruguai, que não ultrapassou 8%. O perfil etário se aproxima do das mulheres cônjuges.

Quanto à escolaridade nos quatro países, nota-se que a Argentina (<62%) e Uruguai (<40%), em 1999, quase sem distinção entre os sexos, apresentavam os melhores índices da população com o segundo ciclo escolar incompleto ou mais, nível de escolaridade cada vez mais exigido pelo mercado de trabalho. De 1995 para 1999, a situação de todos melhorou, inclusive a do Brasil e do Paraguai, embora esses países não alcançassem 30%, nem para homens nem para mulheres. Vale ressaltar que houve um aumento considerável no caso brasileiro para os homens e mais ainda para as mulheres, pois ampliou-se a diferença de 2,5 para 3,6 pontos percentuais de um período para outro.

Sobre o nível superior incompleto ou mais, prevalecia a tendência de participação relativa das mulheres em patamares baixos, exceto na Argentina, onde chegou a 22% em 1999, tendo uma considerável elevação, em relação a 1995, cujo indicador era de 18,2%, se comparado ao ocorrido em outros países. Nos outros países, esse indicador era ainda mais baixo: o Uruguai se aproximou de 10%, o Brasil, de 8% e o Paraguai, de 6%.

Os dados sobre pessoas que trabalham e estudam indicam que essa condição era mais comum no Brasil (7,9%) e no Paraguai (7,3%), e principalmente entre os homens, evidenciando o grau de dificuldade para ascender socialmente nesses países. Interessante notar que no Uruguai as mulheres estavam nessa condição em proporção consideravelmente superior à dos homens.

Observações sobre o nível de ocupação da população com 14 anos e mais indicam que, entre 1995 e 1999, houve uma diminuição do percentual de pessoas ocupadas de uma maneira geral, exceto na Argentina que teve uma ligeira ascensão refletida em grande parte na elevação da ocupação feminina. De forma mais intensa, o Paraguai teve uma redução significativa no total dos ocupados, passando de 73,2% para 60,7%, mas que se comparado aos outros países ainda permanecia com o maior nível de ocupação no Mercosul.

Para uma distribuição por faixa etária desse grupo de população, constata-se que, em todos os intervalos, em todos os países e para os anos observados, as mulheres encontravam-se em desvantagem, sempre relativamente menos incorporadas ao segmento dos ocupados. Merecem destaque os indicadores do Paraguai que, em 1995, apresentou elevado percentual de ocupação em todas as faixas de idade, diferenciando-se dos demais países. Entretanto, esse comportamento se reverte quando se analisa o ano de 1999, quando ocorreu uma queda considerável,

principalmente nas faixas dos mais jovens e dos mais velhos. Na faixa de 14 a 24 anos, passou de 64,6% para 46,6%, sendo que essa queda ocorreu na mesma intensidade tanto para homens quanto para mulheres. Na faixa dos mais velhos, a queda foi praticamente toda absorvida pelas mulheres. Enquanto a taxa total caía de 64,1 para 54,8%, a das mulheres caiu de 51,6 para 36,5% da população ocupada.

Levando-se em conta o nível de escolaridade, houve um considerável aumento na proporção dos ocupados com segundo ciclo incompleto ou mais, sendo que as mulheres proporcionalmente prevaleciam sobre os homens, com uma variação de cerca de sete pontos percentuais de vantagem em todos os anos e países, exceto no Paraguai que em 1995 apresentava uma diferença pequena entre homens e mulheres (1,3 ponto percentual) e o Brasil, que era de 8,3, em 1995, elevou o *gap* para 10 pontos percentuais. Vale destacar que esses dois países foram os que apresentaram as menores proporções de pessoas ocupadas com o grau de escolaridade analisado. Enquanto o Brasil tinha uma proporção de 31,4% e o Paraguai 25,7% em 1999, a Argentina alcançou 66,7% e o Uruguai, 49,2%.

Avaliando a mediana da renda mensal das pessoas ocupadas, pode-se notar uma redução do distanciamento entre homens e mulheres, ou seja, houve uma diminuição na desigualdade de gênero em todos os países, pois as mulheres passaram a se apropriar um pouco mais da renda, enquanto os homens perderam participação. As mulheres argentinas passaram a perceber 80% da renda dos homens em 1999 (em 1995 era 69%), as brasileiras, 75% (em 1995 era de 67%), as paraguaias, 83% (71% em 1995) e as uruguaias, 74% (69% em 1995). Deve-se ressaltar que esse fato ocorreu apesar da queda na renda em quase todos os países, mais fortemente no Brasil (32% em relação a 1995) e de uma elevação da renda no Uruguai de 50%.

Quando se observa a mediana da renda associada à faixa etária, percebe-se que a renda era superior na faixa intermediária e à medida que se envelhece a distância entre homens e mulheres tende a crescer, sempre em prejuízo das mulheres. Somente na faixa etária mais jovem (14 a 24 anos) as mulheres recebiam mais de 80% da renda dos homens, nos dois anos. Nas duas faixas seguintes (25 a 49 e acima de 50 anos) em torno de 70% e 65%, respectivamente. A Argentina se destacou apresentando em 1999 um percentual de 94% para os mais jovens e 80% na faixa intermediária. Deve-se lembrar que a maior proporção de pessoas ocupadas estava na faixa intermediária. Em termos absolutos de renda mediana, houve um decréscimo em todas as faixas etárias de

um período para outro, com exceção do Uruguai que apresentava uma renda em torno de 50% superior entre os anos.

Em relação ao indicador sobre os desempregados, medido pela proporção dos desocupados acima de 14 anos ou mais, em todos os países houve uma elevação desse indicador, exceto na Argentina, que caiu de 10,6% para 8,3%, principalmente a favor das mulheres. Vale mencionar que esse país tinha a maior proporção de desocupados. O Brasil e o Paraguai apresentaram significativa elevação: o primeiro, de 4,1% para 6,4% e o segundo, de 2,6% para 4,3%, ficando bem distribuído por sexo, exceto em 1999, quando os homens paraguaios tiveram uma elevação bastante significativa se comparado com a das mulheres de um período para outro. No Uruguai o indicador geral permaneceu estável, em torno de 6,5%, ficando as mulheres com a maior parcela nos dois anos.

Quanto à média de idade de homens e mulheres desempregados, a Argentina apresentava a mais alta entre os quatro países para ambos os períodos (variando de 28 a 31 anos). Nos demais países, o perfil dos desempregados é mais jovem. Esse fato pode ser confirmado quando se observa que, em 1999, mulheres e homens desempregados brasileiros e paraguaios tinham idade em torno de 25 anos. Nesse mesmo ano, o Uruguai apresentava uma variação um pouco mais elevada para homens (22 para 24) e mulheres (25 para 28). Portanto, "homens e mulheres são atingidos igualmente no que se refere ao desemprego e políticas nesse campo que pretendam ter impacto sobre a maioria dos que delas necessitam devem estar voltadas para a faixa etária de 22 a 31 anos." (IBAM, 2002, p.326).

Relacionando esse grupo de desocupados ao da escolaridade (segundo ciclo incompleto ou mais), verifica-se que na Argentina e no Uruguai estavam as maiores proporções em ambos os sexos, acima de 53% e acima de 43%, respectivamente. Como tais países tinham a população com maior nível de escolaridade, a proporção de desempregados (e também de ocupados) refletiu esse indicador. Numa análise intragênero, nota-se que havia um maior percentual de mulheres desempregadas com esse nível de escolarização, tendo se elevado de 1995 para 1999, exceto no Paraguai, em que praticamente se manteve estável. Essa informação corrobora a desigualdade que sofrem as mulheres. Elas têm mais dificuldade de obter uma ocupação e quando há redução do ritmo de crescimento econômico são as que mais ficam desempregadas.

Em relação à taxa de desemprego aberto, a Argentina apresentava a maior taxa nos dois anos em relação aos outros países, sendo que houve uma queda de 1995 (18,7%) para 1999 (14,6%) reduzindo bastante a

diferença que havia entre homens e mulheres que em 1995 era de 5,8 pontos percentuais e passou em 1999 para 1,7. Em 1995, o Uruguai apresentava uma taxa mais elevada (10,4%) que Brasil e Paraguai, destacando-se o acentuado nível de desemprego feminino (13,6%) se comparado com o dos homens (8,0%). Em 1999, os três países tiveram uma elevação da taxa, principalmente o Paraguai, que praticamente dobrou (3,4% para 6,7%). Em relação ao Brasil, a taxa subiu significativamente, atingindo principalmente as mulheres passando para 12,1% (em 1995 era de 7,3) enquanto os homens apresentavam taxa de 7,9% em 1999.

A seguir, a avaliação será sobre as três possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A proporção de homens era maior em todas as modalidades: empregados, autônomos e empregadores. Existia uma certa estabilidade das proporções em todos os países, anos, e por gênero, exceto no Paraguai. Nesse país houve uma elevação significativa da parcela total de empregados (25% para 31%) e principalmente das mulheres (6,5% para 11,9%), tendo em contrapartida um decréscimo da proporção dos autônomos (39,2% para 23,1%) distribuída por ambos os sexos.

Quanto à escolaridade (segundo ciclo incompleto ou mais), nota-se a tendência de melhor participação relativa das mulheres em todas as posições da ocupação. Os autônomos, tanto homens quanto mulheres, são os que apresentam proporções mais baixas, merecendo destaque o Brasil e o Paraguai que não chegam a 19% em qualquer dos períodos, enquanto a Argentina apresentava um indicador de 57,3% e o Uruguai, de 41% em 1999. Interessante notar que houve, no Paraguai, uma mudança significativa da proporção das mulheres empregadas e autônomas com esse nível de escolaridade. De 1995 para 1999, a proporção das mulheres empregadas passou de 61,7% para 39,2%, enquanto as autônomas, de 8,9% para 13,6%.

Em se tratando de renda média mensal, o padrão observado é que empregadores tinham a maior média de renda, enquanto autônomos, a menor, embora relativamente próximo da de empregados. A renda na Argentina teve pouca variação de um ano para outro. No Uruguai subiu consideravelmente em todas as posições, principalmente no caso dos empregadores, cuja renda cresceu 96% de um ano para outro. No Brasil e Paraguai houve uma queda significativa em torno de 50%, principalmente na renda dos empregadores, tendo pouca variação em relação ao sexo. Sob a perspectiva intragênero, verifica-se que as mulheres estão em desvantagem em todas as posições de ocupação, nos dois anos e para todos os países, com exceção das empregadas e empregadoras paraguaias.

Quanto à taxa de atividade⁵, observa-se uma diferença significativa entre homens e mulheres, pois enquanto os homens tinham como indicador no mínimo 72%, as mulheres não ultrapassavam 54%, exceto no Paraguai. Entre um ano e outro, o destaque está por conta do Paraguai que teve uma queda bem acentuada na taxa de participação feminina passando de 62,1% para 47,3%.

A análise dos indicadores de atividade demonstra a continuidade da segmentação do mercado de trabalho baseada em gênero. Entretanto, em alguns países e em algumas situações, verificou-se uma evolução positiva em favor das mulheres.

Analisando o comportamento dos indicadores de ocupação pelos setores de atividade, observa-se que o Brasil (25%, 33%) e Paraguai (38%, 30%) tiveram índices de ocupação no setor de agricultura que ultrapassaram 23% do total ocupado enquanto Uruguai e Argentina tiveram no máximo 4,5%. Na comparação entre homens e mulheres, de um período para outro, houve redução da participação para ambos os sexos, com destaque para as mulheres paraguaias, que passaram de 35,1% para 16,3%, contribuindo significativamente para a redução ocorrida no cômputo geral.

Em relação à renda média mensal, existe grande disparidade no setor agrícola. Primeiro, Argentina e Uruguai, que tinham reduzido número de ocupados, apresentavam renda de até cinco vezes superior à dos outros países. Além disso, esses países detinham os melhores indicadores de proporção da renda feminina sobre a renda masculina se comparado com os outros dois. Enquanto na Argentina e no Uruguai as mulheres recebiam renda que representava 51% e 87% da renda masculina, no Brasil e no Paraguai, elas estavam entre 12% e 29%, respectivamente. Vale ressaltar que houve melhora nesse indicador com o tempo, principalmente no Uruguai (64% para 87%), e piora na Argentina com queda acentuada (65% para 51%). A renda média total do Brasil caiu 40% enquanto no Uruguai subiu 57%, entre os dois períodos.

De uma maneira geral, houve na indústria queda de participação dos ocupados tendo sido mais significativo entre os homens. Apenas o Paraguai apresentava uma pequena elevação, sendo influenciado pela maior participação das mulheres no setor (8,3% para 11,4%). Em termos de renda, existia mais equilíbrio entre os indicadores em 1995. Entretanto, em 1999, a queda de 43% e 32% no Brasil e no Paraguai, e a elevação de 58% no

⁵ Indica aqueles que estão empregados ou procurando emprego, entre os que têm acima de 14 anos.

Uruguai alteraram a média desse indicador de um período para outro. Estas diferenças não pesaram da mesma forma para homens e mulheres, estando essas em vantagem com elevação de sua participação nesses três países. Nesse caso, merece destaque o Paraguai, cuja participação da renda feminina sobre a masculina passou de 45% para 65%.

O setor de construção civil é tipicamente masculino. Apesar de ter havido pequeno crescimento na participação das mulheres, ainda não chegava a 1% enquanto se encontrava até 14% para os homens (argentinos e uruguaios). De qualquer forma houve pequenas variações positivas entre os dois períodos, a não ser no Paraguai onde ocorreu pequena queda apesar de haver elevação no indicador feminino. Quanto à renda, observa-se em 1995 uma maior renda média para as mulheres. Em 1999, houve uma queda desse indicador para o Brasil (116% para 78%) e Uruguai (105% para 97%) apesar da variação da renda média total ter sido assimétrica para os dois países. O primeiro teve queda de 45% e o segundo, elevação de 59% entre os períodos.

No setor de comércio, nota-se uma certa constância entre os indicadores e uma igualdade na participação entre os homens e mulheres. Foge desse caso o Paraguai, que apresentava uma maior participação (21%) puxada pela elevada participação das mulheres, que cresceu entre os períodos (28% para 30%). Nos outros países sua participação máxima ficou em torno de 17%, bem próxima dos homens (18%). Em termos da renda média, o Uruguai teve uma bem superior (US\$ 960 em 1999) à dos outros países, seguido pela Argentina (US\$ 527 em 1995). Também nesse setor verifica-se uma queda da renda entre os dois períodos analisados, sendo significativa no Brasil (41%) e Paraguai (31%), e uma elevação acentuada no Uruguai (53%). Comparando a renda entre os sexos, nota-se, em 1999, que as mulheres percebiam entre 59% e 66% da renda masculina, sendo resultado de uma pequena elevação em relação a 1995.

Observa-se que o nível de ocupação no setor serviços ficou em torno de 25%, tendo uma maior participação feminina, acima de 33% de uma maneira geral, enquanto os homens não chegaram a 20%. Novamente o Paraguai se destaca pois tem um perfil muito diferente. Neste país o setor chegou a 3,5% (1999) de participação, havendo uma pequena diferença entre homens e mulheres. Em termos de renda, existem fortes assimetrias entre os países, sexos e período. Seguindo a trajetória em outros setores, Brasil e Paraguai tiveram uma queda de aproximadamente 40% e o Uruguai uma elevação de 66% de um período para outro. A renda feminina era bem inferior ficando na faixa de 50% da renda masculina,

exceto no Paraguai, em que as mulheres apresentavam uma renda superior à dos homens em 1995, infelizmente reduzida para 79%, perdendo espaço com a queda da renda total naquele país.

O setor de comunicação e transporte apresentava um pequeno nível de ocupação, com o máximo de 8% (Argentina) se comparado a outros setores. Exceto a Argentina, que apresentou uma pequena queda, entre os anos analisados, os demais tiveram uma pequena elevação. Merece ser destacada a elevação do Paraguai, que passou de 3% para 4,4%, sendo que no caso das mulheres quase dobrou, apesar de sua menor participação relativa (mulheres, de 0,7% para 1,3% e homens, de 4,6% para 6,1%). Quanto à renda, observa-se uma boa posição das mulheres pois recebiam entre 72% (Uruguai) a 96% (Paraguai) da renda masculina.

O Brasil apresentava a menor participação de ocupados no setor de atividades sociais (9%) apesar da elevação para 9,7% em 1999. A Argentina ocupava em torno de 17% e o Uruguai 13%, em qualquer dos períodos. Novamente o Paraguai teve um forte crescimento da participação dos ocupados entre os períodos, passando de 18% para 23%, puxado pela elevação da proporção feminina, que passou de 26% para 36%, enquanto os homens subiram de 12% para 14%. Observa-se que os dados confirmam a elevada composição feminina desse setor. Na Argentina, as mulheres eram 28,1% dos ocupados enquanto os homens ficavam em torno de 10%. No Brasil, a proporção de mulheres ocupadas era de quatro vezes a dos homens (18% e 4%) e o Uruguai tinha 22% e 6% de mulheres e homens, respectivamente.

Em termos da renda no setor de atividades sociais, o Brasil destaca-se pela queda de 35% entre os dois períodos, sendo mais acentuada para os homens, tendo em vista que houve melhora na participação da renda feminina sobre a masculina (47% para 55%). No Uruguai, apresentou-se uma ampliação da renda de 69% sendo refletida de forma igualitária entre os sexos, já que as mulheres continuaram a receber 67% da renda masculina. No Paraguai, apesar da pequena queda de renda total, as mulheres passaram a perceber 66% da renda masculina ao invés de 58% (1995). A Argentina apresentava o melhor indicador entre os países, pois a renda das mulheres representava cerca de 73% da renda masculina em 1999 apesar de ter caído (77% em 1995).

Tratando-se da desigualdade da renda, os dados indicam o significativo diferencial existente entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, melhorando, de 1995 para 1999, no Brasil (17,2 para 15,5

vezes) e principalmente no Paraguai (25,7 para 19,1 vezes). Neste país, havia uma grande diferença entre homens e mulheres, em 1995 ($h=28,0$ e $m=19,3$) que se reduz significativamente em 1999 ($h=20,7$ e $m=16,1$). Apesar disso, em todos os países e anos têm-se valores sempre superiores a 10 vezes, chegando a 28 vezes a diferença entre os mais ricos e os mais pobres para os homens paraguaios.

Também no Brasil e Paraguai, nota-se uma maior apropriação da renda total pelos 10% mais ricos embora tenha havido redução de um ano para outro – no Brasil passou para 47% e no Paraguai, 41%. Em se tratando de gênero, os homens levam vantagem pois a apropriação da renda era bem superior a das mulheres, principalmente no Brasil ($h=52,9$ e $m=36,5$) e Paraguai ($h=55,5$ e $m=34,4$), porém, em 1999, houve uma queda mais acentuada para os homens – Brasil ($h=50,9$ e $m=38,0$) e Paraguai ($h=45,2$ e $m=31,6$) – aumentando a participação relativa das mulheres.

Além desses resultados, chama a atenção o fato de a desigualdade de gênero em termos de renda ser ainda maior entre os 20% da população com idade igual/superior a 14 anos, se comparado com os 20% da população com menor renda. No primeiro caso, nos quatro países, encontravam-se 71% dos homens e 29% das mulheres. No segundo caso, há uma inversão, pois nos 20% da população que recebiam o menor salário, 58% eram mulheres, exceto no Uruguai que estava na faixa de 70%, em 1995. Em 1999, há um pequeno aumento da participação masculina entre os de menor renda. De qualquer forma, isso comprova a feminização da pobreza pois na faixa mais alta da renda há maior proporção de homens enquanto na faixa de renda das pessoas que ganhavam menos, a maior parcela é de mulheres.

3. Agenda de Gênero da Harmonização

Diante desse diagnóstico, várias políticas públicas podem ser implementadas em cada país do Mercosul ou como medidas supranacionais, que tenham como foco o combate a desigualdade de gênero, muitas vezes ocasionadas pela falta de informação das mulheres e por mecanismos de discriminação existentes nas relações de trabalho.

Deve-se reconhecer alguns avanços na agenda de igualdade de gênero. Um dos principais foi a criação de mecanismos governamentais que estão incumbidos de políticas e programas para mulheres e de tornar visíveis as principais demandas para superação da discriminação de gênero. Para esse fim foram criados: no Brasil, o mencionado Conselho

Nacional dos Direitos da Mulher⁶; na Argentina, o Conselho Nacional da Mulher, subordinado à Presidência; no Paraguai, a Secretaria da Mulher, subordinada à Presidência; e no Uruguai, o Instituto da Família e da Mulher, no âmbito do Ministério de Educação e Cultura.

Como desdobramento, verifica-se a formulação de estratégias nacionais em alguns países. No Brasil, o CNDM elaborou o documento “Estratégias de Igualdade”, com propostas de políticas públicas em sintonia com o Programa Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, que servem como linhas de ação e atividades para implementar a plataforma de Beijing e outras convenções. Na Argentina, foi elaborado o Plano Federal da Mulher, responsável para desenvolver o Sistema de Informação sobre a Mulher, as capacidades políticas, técnicas e operativas para o desenho, formulação, execução e avaliação das políticas públicas de igualdade e de prover equipamento, capacitação e assistência técnica às estruturas que promovam a igualdade de gênero.

O reconhecimento da situação da condição feminina exige políticas públicas diferenciadas e eficazes que permitam igualdade de oportunidades para ambos os sexos. Algumas medidas que podem ser implementadas nesse sentido são, entre outras:

- Promoção de fóruns/seminários nas organizações de mulheres, sindicatos de empregados e empregadores, no sentido de ampliar o debate e a proposição de políticas junto às institucionalidades do Mercosul, bem como uma participação mais ampla e efetiva no Foro da Mulher e FCES;
- Criação de prêmios de melhores práticas tanto de instituições do setor público quanto das ONGs, pois dão visibilidade às ações desenvolvidas, disseminam metodologias inovadoras e possibilitam troca de experiências entre os atores sociais;
- Promoção permanente de capacitações em gênero destinadas aos gestores de políticas públicas de todas as áreas e a outros atores sociais parceiros na implementação dessas políticas;
- Informações aos empresários visando destacar a importância de tratar das questões de gênero para melhor desempenhar sua responsabilidade social;

⁶ Em janeiro de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas das Mulheres, diretamente subordinada à Presidência.

- Fortalecer e ampliar as atividades desempenhadas pelos Conselhos de Direitos da Mulher, que vêm atuando no apoio às mulheres vítimas de violência e também com a capacitação de policiais, como é o caso do Rio de Janeiro;
- Abertura de linhas de pesquisa específicas sobre o tema, em especial para o grupo de mulheres chefes de família, visando conhecer seu perfil, suas dificuldades e propor políticas sociais necessárias para que essas mulheres possam desenvolver suas atividades profissionais bem como proporcionar a sua família condições de promoção social;
- Levantamento/cadastro de instituições e projetos que atuam na promoção de igualdade de gênero;
- Estímulo para que homens ingressem em profissões ditas femininas;
- Campanha de difusão massiva que desarticule os estereótipos sexuais;
- Formulação de políticas que promovam a responsabilidade compartilhada nas tarefas domésticas e na criação dos filhos;
- Inclui-la como tema transversal, no ensino fundamental e médio.

Para o estabelecimento de novas políticas, é importante conhecer e reconhecer os avanços e dificuldades encontradas na incorporação da temática de gênero nas diversas políticas públicas, como é o caso, por exemplo, da política de educação profissional, pois isso possibilita um conjunto de informações que poderá ser importante no combate à discriminação e no processo de compatibilização de políticas de trabalho e renda previstos na integração supranacional.

Em se tratando do movimento do Mercosul para a compatibilização das normas e políticas relacionadas a trabalho e renda, o ideal é, como já dito neste livro, antecipar-se estrategicamente para garantir a inclusão da igualdade de oportunidades em todas as políticas públicas nacionais e supranacionais, e paralelamente promover mecanismos para que as mulheres participem ativamente do processo de integração.